

João Noé Alves de Carvalho
Universidade de Coimbra –
UC
Email:
joaoncarvalho@gmail.com

**Francisco Carlos Guerra de
Mendonça Júnior**
Universidade Federal de
Rondônia – UNIR
Email: carlos.guerra@unir.br



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Para além da lentidão: influências das relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico

*Beyond slowness: influences of the
relations between space and time in the
concept of ethnographic journalism*

*Au-delà de la lenteur:
influences des rapports entre le temps et
l'espace dans le concept de journalisme
ethnographique*

CARVALHO, J.; JÚNIOR, F. Para além da lentidão: influências das relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico. Revista Eco-Pós, v.25, n.3, p. 86-108, 2022. DOI: 10.29146/eco-ps.v25i3.27931

RESUMO

Este artigo analisa práticas jornalísticas a partir da etnografia enquanto “método-pensamento” (Caiafa, 2013). O intuito é pensar em como jornalistas usam recursos da etnografia em seus trabalhos. Para isso, partimos do conceito de “jornalismo etnográfico” de Hermann (2016a; 2016b), que classifica esse gênero como um tipo de jornalismo lento que leva à lentidão ao extremo. Nossa proposta é expandir tal concepção, incluindo em análises sobre o assunto as localizações (geográficas, sociais e culturais) dos jornalistas durante a convivência com interlocutores em campo.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo; Etnografia; Jornalismo etnográfico; Jornalismo lento; Observação participante.*

ABSTRACT

This article analyses journalistic practices based on ethnography as a “thought-method” (Caifa, 2013). The aim is to think of how journalists use ethnography resources in their works. To do that, we depart from the concept of “ethnographic journalism” by Hermann (2016a; 2016b), who classifies this genre as a type of slow journalism that takes slowness to an extreme. We propose to expand this conception, including in the analyses of the subject the locations (geographic, social, and cultural) of journalists in coexistence with interlocutors in the field.

KEYWORDS: *Journalism ; Ethnography ; Ethnographic journalism; Slow journalism; Participant observation.*

RÉSUMÉ

Cet article analyse les pratiques journalistiques fondées sur l'ethnographie comme « méthode-pensée » (Caiafa, 2013). L'objectif est de réfléchir à la manière dont les journalistes utilisent les ressources ethnographiques dans leur travail. Pour cela, nous partons du concept de « journalisme ethnographique » d'Hermann (2016a ; 2016b), qui classe ce genre comme un type de slow journalism qui pousse la lenteur à l'extrême. Notre proposition est d'élargir cette conception, en incluant dans les analyses sur le sujet les localisations (géographiques, sociales et culturelles) des journalistes lors de l'interaction avec les interlocuteurs de terrain.

MOTS-CLÉS : *Journalisme ; Ethnographie ; Journalisme Ethnographique ; Journalisme Lent ; Observation participante.*

Submetido em 11 de Agosto de 2022

Aceito em 20 de Outubro de 2022

Introdução: comparações e contribuições

As reflexões teóricas sobre traços que aproximam e distanciam jornalismo e etnografia são relativamente comuns, principalmente nos últimos vinte anos (cf. Cramer; McDevitt, 2004; Girardi Júnior, 2000; Travancas, 2002). O uso da observação participante, por vezes chamada de “imersão”, também é analisado como uma das características do jornalismo literário e suas variantes (cf. Neveu, 2016; Sims, 1984). O assunto até pode ganhar proeminência em manuais para escritores (cf. Conover, 2016), mas aprofundamentos teóricos são raros.

Em geral, essas contribuições ressaltam que tanto jornalistas como etnógrafos produzem relatos a partir de um encontro com um Outro desconhecido (Travancas, 2002; Lago, 2010). Para isso, lançam mão de “ferramentas” como “a escuta e a capacidade de observação” (Escóssia, 2021, p. 23).

Já em relação às diferenças, uma das principais é a linguagem, mais acessível no jornalismo (Travancas, 2002, p. 11; Carvalho e Evangelista, 2018, p. 847). O tempo também é um fator de distinção entre jornalistas e etnógrafos. Os últimos, normalmente, dispõem de prazos mais amplos (Bird, 2010, p. 5-9) e, em tom de anedota, chegam a se descreverem como “jornalistas lentos” (Pedelty, 2010).

Como destaca Herbert J. Gans (2010), alguns repórteres empregam recursos da etnografia, como observação participante e entrevistas em profundidade, muitas vezes de modo involuntário. A diferença é o uso de um vocabulário menos acadêmico, no que poderia ser classificado como “etnografia pública” (Gans, 2010). A busca por precisão, às vezes obsessiva, é comum nesses trabalhos (Harrington, 2003).

O que tentamos neste artigo é ir além da comparação entre os dois campos e da concepção da etnografia como um método de análise de práticas jornalísticas. Ou, ainda, como um conjunto de técnicas disponíveis para jornalistas. Aqui, o objetivo é considerar a etnografia não apenas como um método, mas também como um recurso “teórico-metodológico”, uma teoria (Peirano, 2014), ou uma “sensibilidade” e uma “forma de ver” o mundo (Desmond, 2016, p. 403-404). Janice Caiafa, por exemplo, classifica a etnografia como um “método-pensamento”, devido ao seu potencial para levantar debates sobre questões éticas, políticas e epistemológicas.

Trata-se de um campo problemático que pode ser interessante explorar quando se considera a narrativa/escritura (o que é escrever? o que é escrever sobre a experiência do outro/a sua própria?) e as situações de comunicação na vida social e na produção de conhecimento (como acolher as palavras do outro e dar conta do que nos contaram em conversas/textos/relatos de pesquisa?) (Caiafa, 2013, p. 33).

Desse modo, é possível afirmar que há poucas análises aprofundando como jornalistas utilizam recursos da etnografia em seus trabalhos. Algumas iniciativas, porém, merecem destaque, em especial quando falamos de gêneros batizados como “etnojornalismo”, “jornalismo literário etnográfico”, “jornalismo lento” e, finalmente, “jornalismo etnográfico”. Entretanto, é preciso alertar: longe de sucumbir a uma tentação de criar conceitos, “como um astrônomo que imagina estar visualizando uma nova estrela” (Martinez, 2017, p. 25-26), o uso desses termos nos ajuda a definir um ponto de partida claro para analisar os trabalhos de jornalistas que, de algum modo, usam recursos da etnografia — ainda que o façam de forma involuntária.

O foco deste artigo, portanto, é a análise do gênero batizado como “jornalismo etnográfico” (Hermann, 2016a; 2016b) conforme a “tríplice tessitura” que inclui técnica, ética e estética (Medina, 2003). O intuito é avaliar a etnografia como recurso técnico disponível a jornalistas, mas sem ignorar suas implicações éticas e estéticas. Para isso, serão examinados aspectos de reportagens cujos autores tenham empregado recursos etnográficos, mesmo sem ter consciência disso. A expectativa é ampliar a concepção de jornalismo etnográfico de Hermann, baseada em critérios temporais, para incluir como diferentes localizações contribuem para o jornalista alcançar o “ponto de vista do nativo”.

1. Aprofundamentos escassos

Uma das primeiras concepções de jornalismo etnográfico é de Érik Neveu (2000). Ao analisar textos de jornais franceses, o autor observa diferenças nas abordagens de jornalistas de ambos os sexos. Havia uma tendência maior, entre as mulheres, de se dedicar a um jornalismo com mais “capacidade de empatia”. Normalmente, as protagonistas desses textos eram pessoas “ordinárias”, “desprovidas de títulos sociais”. Tratava-se de uma espécie de “jornalismo feminino compreensivo — que procuraria através de uma escrita etnográfica ou intimista” criar algo

parecido “com uma microsociologia inspirada em Chicago” (Neveu, 2000, p. 209)¹. Mais tarde, o sociólogo destacaria que o “jornalismo etnográfico” tem como característica “uma espécie de inversão das formas de cobertura comum da atualidade, passando do ponto de vista dos que decidem para os efeitos de suas decisões” (Neveu, 2006, p. 171).

Neveu jamais aprofundou a definição, e usou termos como “jornalismo narrativo” e “jornalismo lento” em artigos posteriores. Neste último gênero, aliás, o sociólogo enxergou uma tendência a retratar eventos ignorados pela grande mídia, em uma “visão etnográfica e de baixo para cima da sociedade” (Neveu, 2016, p. 452).

Depois de Neveu, Janet Cramer; Michael McDevitt também usam o termo jornalismo etnográfico, em artigo para um livro sobre o uso de métodos qualitativos por jornalistas. Os autores afirmam que o jornalismo etnográfico engloba reportagens em profundidade nas quais o repórter faz contato direto com seus interlocutores por meio da observação participante. O intuito, assim como defende Neveu, é descobrir mundos ordinários, longe dos centros tradicionais de poder (Cramer; McDevitt, 2004, p. 136).

Cramer e McDevitt também questionam a chamada objetividade. Os autores propõem a adoção de uma objetividade forte, conforme as premissas da epistemologia do ponto de vista feminista (*feminist standpoint epistemology*)². Caberia ao jornalista, portanto, ser transparente acerca das “localizações sociais e culturais” (Alcoff, 2016, p. 131) que ocupa, deixando claro para os leitores o seu “lugar de fala”, se usarmos um conceito comum no Brasil (Ribeiro, 2019). Também seria uma prática desse jornalismo etnográfico a ampliação do papel dos interlocutores na produção das reportagens, inclusive com a aprovação do texto final antes de sua publicação (Cramer; McDevitt, 2004, p. 132).

É possível afirmar que Cramer e McDevitt falam da etnografia não somente como “ferramenta” para o trabalho jornalístico. Também examinam — ainda que de forma superficial

¹ O material em língua estrangeira citado no artigo foi traduzido de forma livre. Quando isso não ocorreu, o título do texto foi mantido em português na bibliografia.

² Partindo das ideias de intelectuais feministas como Sandra Harding, Donna Haraway e Patricia Hill Collins, a professora indonésia Meenaskshi Gigi Durham sugere a adoção, no jornalismo, da epistemologia do ponto de vista feminista. Essa concepção questiona a objetividade positivista, segundo a qual é possível um cientista se livrar de seus preconceitos para analisar um assunto. Em vez disso, a epistemologia do ponto de vista feminista defende a ideia de que, ao assumir seus próprios preconceitos, uma pesquisadora, na verdade, garante mais objetividade a sua análise. Isso permite a mulheres marginalizadas assumirem a autoria e o protagonismo de relatos sobre suas próprias comunidades. Assim, deixam de ser meros objetos de pesquisas promovidas, normalmente, por homens brancos do Norte global, e se tornam produtoras de conhecimento (Durham, 1998).

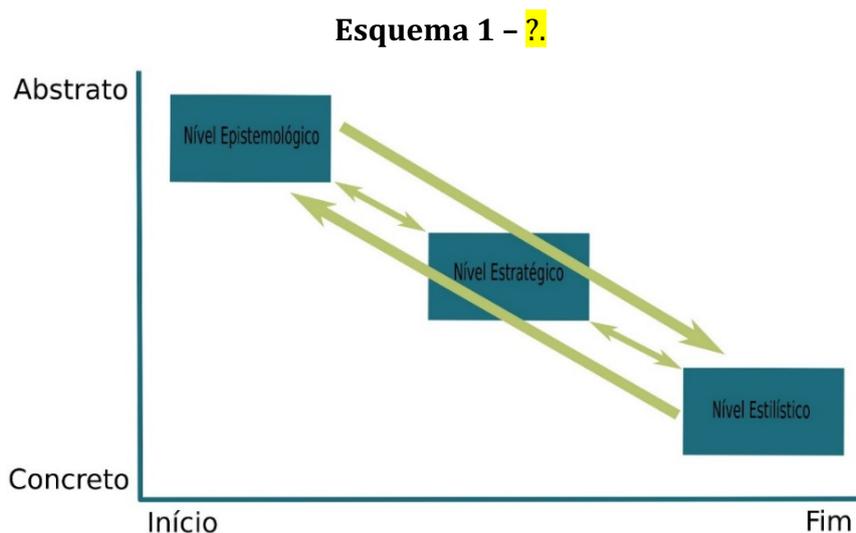
— questões éticas envolvendo as relações entre jornalistas e interlocutores e suas implicações no texto das reportagens.

Dois trabalhos posteriores avançam nas análises de Cramer e McDevitt. Um deles é a tese de doutorado de Valica Boudry, na qual a autora usa o conceito de “etnojournalismo”. Boudry examina se repórteres de jornais convencionais podem usar a etnografia a favor de um jornalismo mais multicultural. A pesquisadora conclui que isso é difícil, muito em função de uma postura objetivista no cotidiano de jornais diários (Boudry, 2007).

Já a dissertação de mestrado de Christel Lane Swasey desenvolve o conceito de “jornalismo literário etnográfico” (*ethnographic literary journalism*). Tal gênero, para Swasey, seria um jornalismo que usa a etnografia não somente na coleta de informações, mas que também priorizaria uma postura de cuidado do jornalista em relação a interlocutores (Swasey, 2009).

2. Jornalismo etnográfico em três níveis

Uma importante análise das relações entre jornalismo e etnografia é de Anne K. Hermann. A partir de um estudo com repórteres estadunidenses, a autora desenvolve o conceito de jornalismo etnográfico. Em um primeiro momento, Hermann define o gênero a partir do que chama de níveis epistemológico, estratégico e estilístico:



Fonte: Adaptado de Hermann, 2016a, p. 263

No nível epistemológico do jornalismo etnográfico, o mais abstrato de todos, Hermann percebe uma postura mais interpretativa dos repórteres, em vez de uma busca por objetividade. Há, ainda, a tentativa de jornalistas reportarem não somente eventos, mas processos sociais. Quanto ao nível estratégico, o jornalista assume o papel de um “observador empático e imerso”, em vez de adotar um distanciamento. Por fim, o nível estilístico, o mais concreto de todos, diz respeito a como textos do jornalismo etnográfico combinam uma dramaticidade narrativa típica do jornalismo literário com uma análise mais sistemática da etnografia (Hermann, 2016a, p. 272-273).

Em outro artigo, publicado em uma edição da revista *Journalism Practice* sobre jornalismo lento, Hermann expande sua definição de jornalismo etnográfico, classificando-o como um tipo de jornalismo lento que adota a lentidão ao extremo, com o uso de “estratégias de imersão das ciências sociais” (Hermann, 2016b, p. 492)³. A autora parte dos estudos de Ulf Hannerz sobre correspondentes internacionais e descreve como o jornalismo etnográfico opera com diferentes temporalidades em relação ao jornalismo tradicional (Hermann, 2016b, p. 496-501).

Para Hannerz, o tempo jornalístico possui duas perspectivas. A primeira é a “regimentação” (*regimentation*), que se refere ao tempo necessário para cumprir prazos, por exemplo (Hannerz, 2004, p. 204). Já a “representação” (*representation*) diz respeito aos tempos aos quais se referem as peças jornalísticas. Nos jornais diários, seriam os tempos dos acontecimentos recentes (Hannerz, 2004, p. 214).

Hermann argumenta que, no jornalismo etnográfico, o tempo da “regimentação” costuma ser maior, pois há maiores prazos para a elaboração de reportagens. Por outro lado, a “representação” diz respeito a uma descrição de cotidianos e rotinas, e não de acontecimentos extraordinários recentes (Hermann, 2016b, p. 496-500). A autora, entretanto, afirma que, no jornalismo etnográfico, há ainda uma outra temporalidade, a “reorientação” (*reorientation*). Esta ocorreria quando, depois de um longo tempo em campo, o repórter alcança o chamado “ponto de vista do nativo” (Hermann, 2016b, p. 493).

³ Inspirado no movimento italiano *slow food*, em reação à *fast food*, o termo jornalismo lento (*slow journalism*) é uma resposta a práticas jornalísticas dos dias contemporâneos, caracterizadas pela pressa. A lentidão desse jornalismo se refere tanto ao tempo dispendido pelos repórteres em campo, como também ao tempo para compreender informações apuradas. A prática desse gênero não é uma novidade, mas enfatiza a pressa como um problema do jornalismo atual (Neveu, 2016, p. 451).

3. Insuficiências de enquadramento

A pesquisa de Hermann é a elaboração teórica mais sistematizada do conceito de “jornalismo etnográfico”, o que abre caminho para aprofundamentos. Um deles é que as análises da autora se restringem a exemplos de reportagens produzidas nos Estados Unidos. Há de se verificar se lógicas semelhantes operam no jornalismo de países do Sul global, em especial, o Brasil.

Também é possível afirmar que, ao pensar o jornalismo etnográfico segundo os níveis epistemológico, estratégico e estilístico, Hermann deixa algumas lacunas, entre elas as questões éticas envolvendo a produção de uma reportagem feita a partir de um trabalho de campo a longo prazo. Para suprir o hiato, este artigo se dispõe a pensar um possível conceito de jornalismo etnográfico tomando como base um enquadramento proposto por Cremilda Medina, segundo quem é preciso levar em conta os afetos envolvidos na elaboração de reportagens complexas.

Pouco há a fazer se a emoção solidária e a criação estética não estimularem uma razão luminosa no lugar da razão técnico-burocrática, movida pelas gramáticas estratificadas. Ainda que afetuoso o gesto, este não resulta numa ação solidária se não for informado pelo repertório, pela disciplina racional e pela pesquisa estética. E a poética só se consuma no ato de comunhão (...). *Comunhão, a plenitude da comunicação, acontece na tríplice tessitura ética, técnica e estética.* Ao experimentar uma narrativa ao mesmo tempo complexa, afetuosa e poética, não há como abstrair a crise dos paradigmas reducionistas, a crise das percepções e a aridez emocional ou a crise das fórmulas aplicadas às rotinas estéticas da narrativa (Medina, 2003: 49-50 – grifos nossos).

Pensar em jornalismo etnográfico a partir da “tríplice tessitura”, que inclui ética, técnica e estética, nos permite avaliar de forma mais crítica intercâmbios entre jornalismo e etnografia. É preciso se esforçar, porém, para não hierarquizar esses três elementos. Ética, técnica e estética se fundem entre si, por vezes sendo quase impossível distingui-las. Dentro de nossa análise, é importante estabelecer alguns parâmetros. O primeiro deles é que, no jornalismo etnográfico, a técnica assume uma espécie de papel catalisador.

Isso ocorre porque talvez seja difícil, ou inviável, falar sobre a possibilidade de existência de um jornalismo etnográfico se não houver uma convivência entre jornalista e interlocutores. Parece adequado, portanto, pensar recursos da etnografia como a observação participante e as entrevistas em profundidade também como um conjunto de técnicas disponíveis para jornalistas

durante o trabalho de campo. Mas é necessário ir além. Há de se questionar, por exemplo, quais são as condições em que jornalistas podem alcançar a “reorientação” mencionada por Hermann — se é que podem.

Sobre a ética, podemos pensar nas responsabilidades que surgem na relação entre jornalista e interlocutores durante a convivência em campo. Uma das questões pertinentes é até que ponto, no jornalismo etnográfico, jornalistas e interlocutores devem se relacionar seguindo uma lógica de colaboração, para usar um termo da etnografia (Lassiter, 2005; Estalella; Criado, 2018). Nesse sentido, torna-se necessário pensar como a proximidade entre jornalista e interlocutores (muitas vezes pessoas em condições de subalternidade), por um longo período, obriga os primeiros a terem uma postura de cuidado com os últimos. Essa atitude pode se refletir de várias formas, como a proteção de interlocutores por meio do anonimato, a permissão para que interlocutores leiam reportagens antes da sua publicação e, enfim, possíveis interferências do jornalista na vida de seus interlocutores⁴.

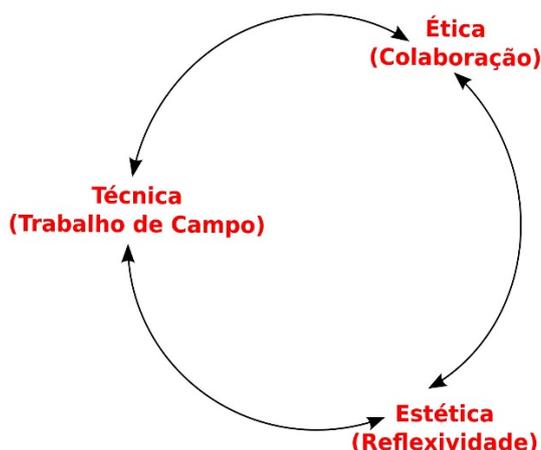
Por fim, a estética trata dos textos do jornalismo etnográfico. Aqui, as discussões sobre reflexividade parecem de relevância para a análise — principalmente se considerarmos que ainda parece haver no jornalismo ressalvas acerca de uma transparência narrativa em relação às localizações dos repórteres durante o trabalho de campo, embora isso esteja se modificando. O uso da primeira pessoa, por exemplo, ainda ocorre de forma restrita. Em geral, quando presente no texto, parece mais uma forma de trazer credibilidade para uma reportagem, tornar explícito o chamado “estar lá”, em consonância com o que Clifford chama de “autoridade experiencial” da etnografia (Clifford, 1983, p. 126-130).

Mais uma vez, é importante destacar que técnica, ética e estética são elementos igualmente importantes e, muitas vezes, difíceis de se distinguir. A figura abaixo pode esclarecer como tentamos aplicar a tríplice tessitura de Medina para uma análise do conceito de jornalismo etnográfico:

Esquema 2

⁴ Ao analisar como ONGs usam imagens de pessoas em situações de vulnerabilidade para conseguir doações, o sociólogo Luc Boltanski afirma que “ter conhecimento do sofrimento aponta para uma obrigação para dar assistência” (2004, p. 20). Se pensarmos no jornalismo etnográfico, em que um repórter se aproxima de uma pessoa que está sofrendo e, às vezes, chega a conviver com ela por anos, a lógica pode ser semelhante. Talvez esse jornalista, para além de escrever uma reportagem, tenha uma responsabilidade moral de prestar assistência imediata àquela pessoa.

Tríplice Tessitura e Jornalismo Etnográfico



Fonte: Elaboração própria

Como se vê, em nossa proposta, técnica, ética e estética se organizam de forma circular, com intercâmbios mútuos e constantes. Pensar em questões técnicas sempre terá implicações éticas e estéticas, por exemplo. O mesmo serve para os outros dois elementos. Como seria impossível analisar neste artigo todos os três, decidimos focar em possíveis usos da observação participante e outros recursos da etnografia, como entrevistas em profundidade, por jornalistas durante o trabalho de campo. Em especial, como diferentes tempos e localizações (espaciais, sociais e culturais) operam nas transformações ocorridas nas relações de alteridades entre jornalistas e interlocutores.

4. “Reorientação” para além de temporalidade

O termo “reorientação”, usado por Hermann em seu conceito de jornalismo etnográfico, merece algumas ressalvas. Primeiro, porque pode ser impossível assumir o “ponto de vista do nativo”. Emanuel Levinas argumenta que o Mesmo jamais pode assumir o lugar do Outro. Em uma relação de alteridade, esse Outro sempre escapa à compreensão plena do Mesmo, pois “conhecer equivale a captar o ser a partir de nada ou reduzi-lo a nada, arrebatá-lo a sua alteridade” (Levinas, 1980, p. 31). Assim, por mais que o jornalista tente assumir o “ponto de vista do nativo”, essa compreensão jamais seria plena. Ao Mesmo jornalista, sempre faltaria alguma vivência experimentada pelo Outro interlocutor — ainda que o jornalista fosse um “nativo”. Melhor do que pensar a “reorientação” como assumir o “ponto de vista do nativo”,

talvez seja tratá-la como um caminho rumo a uma empatia na qual o Mesmo jornalista se torna mais próximo do Outro interlocutor. Ao falar sobre entrevistas, Medina propõe que haja um diálogo entre jornalistas e interlocutores. Assim, o contato entre esses atores é capaz de provocar transformações significativas nos modos de ver o mundo de ambos (Medina, 2011). A partir desse raciocínio, talvez seja pertinente pensar em “reorientação” também como transformações de jornalistas e interlocutores por meio do diálogo em campo.

A segunda ressalva é a limitação do conceito de jornalismo etnográfico à dimensão temporal. Pela análise de Hermann, o tempo de um repórter junto a interlocutores é o principal fator para definir o jornalismo etnográfico. Somente com um convívio a longo prazo é possível atingir a “reorientação” (Hermann, 2016b). Embora essa longa convivência seja desejável, é necessário pensar se o tipo de aproximação, o tipo de espaço onde se relacionam jornalista e interlocutores também influi, juntamente com o tempo, para alguma compreensão do Outro pelo Mesmo.

5. Tempos e subjetividades

Introduzir a dimensão espacial no conceito de jornalismo etnográfico não significa ignorar a importância do tempo no trabalho de campo. No entanto, também é necessário ressaltar que a própria noção de tempo se transforma. Se antes o tempo era medido a partir das estações, conforme os períodos de colheitas, hoje contam-se meses, semanas, dias, horas, segundos, etc. (Hermann, 2016b). Até os anos 1970, questões temporais foram marginalizadas nas ciências sociais. De lá para cá, o assunto ganhou destaque; entretanto, surgiram mais perguntas do que respostas (Šubrt, 2021, p. 1-2). Na sociedade atual, muito caracterizada pela pressa, é possível tratar o tempo como uma espécie de artigo de luxo, principalmente no jornalismo, embora na etnografia não seja tão diferente (Jeffrey; Troman, 2004).

Há de se convir, entretanto, que as percepções relativas ao tempo se transformam não somente de acordo com evoluções tecnológicas, mas também conforme as posições de referência. Se considerarmos, por exemplo, a Teoria da Relatividade, de Einstein, é possível admitir que o tempo pode correr de forma diferente a depender dos locais a partir dos quais um evento é observado (Russell, 1974, p. 58-60). Não seria exagero pensar que as relações de alteridade, inerentes ao jornalismo e à etnografia, também dependem de localizações.

Immanuel Wallerstein alerta que “tempo é muito mais do que cronometria e cronologia”, mas também “duração, ciclos e disjunção” (Wallerstein, 1999, p.22). Ou, como ressaltam Sorokin e Merton, as noções de tempo são “produto de interação social” (Sorokin; Merton, 1990 [1937], p. 60).

No jornalismo etnográfico, a aferição do tempo pode ser ainda mais problemática se considerarmos a fluidez nas relações pós-modernas. Conforme Bauman ressalta, conexões duradouras ou criações de vínculos em uma “sociedade de consumidores” — onde pessoas são tratadas como objetos — exige um enorme esforço. Há um “volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos”, dotados de uma obsolescência inerente a eles próprios (Bauman, 2007, p. 44-45). Bauman ainda afirma que há uma espécie de “tempo pontilhista”, onde eventos são desconectados uns dos outros e cada instante é eterno em si:

Hoje se acredita que cada ponto do tempo seja impregnado da possibilidade de um outro big-bang, e que pontos sucessivos também o sejam, não importando o que tenha acontecido aos anteriores. (...). Um mapa da vida pontilhista, se fosse desenhado, apresentaria uma estranha semelhança com um cemitério de possibilidades imaginárias, fantasiosas ou amplamente negligenciadas e irrealizadas (Bauman, 2007, p. 46-47).

Thomas Hylland Eriksen chama essa preocupação com o presente, onde há uma perda da relevância do passado e do futuro, de “tirania do momento”. Na opinião do antropólogo, o tempo é transformado em uma série de “momentos saturados” (Eriksen, 2001, p. 3-4). A etnografia multi-situada (Marcus, 1995), nesse sentido, pode ter como característica esse “tempo pontilhista”, onde encontros com interlocutores podem ser intermitentes, com significados próprios.

Também seria oportuno afirmar que, no jornalismo etnográfico, pode existir a necessidade de reunir descrições de diferentes pontos de encontro entre jornalista e interlocutores. O que o jornalista constrói não seria o relato de uma relação contínua, mas um relato que costura os “retalhos” das vidas de seus interlocutores, se usarmos uma metáfora do antropólogo Ricardo Campos para descrever os encontros esporádicos com pichadores durante o seu trabalho sobre o grafite em Lisboa (Campos, 2010, p. 37-38).

6. Espaços e subjetividades

Parece não haver dúvidas de que o tempo junto a interlocutores é fundamental para se obter um melhor entendimento acerca de determinado grupo social ou cultural. A questão é saber qual é o tempo ideal. E quais fatores podem influir na permanência do repórter em campo. Ou como chegar o mais próximo possível de uma “reorientação”.

Já não são tão recentes na etnografia as discussões sobre o conceito de campo. Em linhas gerais, é possível argumentar que os desenvolvimentos tecnológicos transformaram a noção de espaço etnográfico. Se antes havia a necessidade da presença física para que encontros fossem possíveis, hoje tecnologias superam dificuldades de aproximação entre pesquisadores e interlocutores. O que antes era um espaço geográfico, passou a ser um espaço mapeado por meio de discursos (Clifford, 1997, p. 53-54).

Se pensarmos em localizações físicas, ou geográficas, para falar sobre o trabalho de campo, podemos tomar as ideias de James P. Spradley, em seu manual sobre observação participante, como base. O autor descreve a observação participante a partir dos graus de envolvimento do etnógrafo com o assunto sobre o qual estuda.

A participação *passiva* prevê o etnógrafo se posicionando como uma espécie de “espectador”, interagindo o mínimo possível com interlocutores. Esse tipo de participação é útil no início de uma observação participante, quando o pesquisador consegue observar dinâmicas que depois analisa ao longo do estudo (Spradley, 1980, p.58-60).

Já a participação *moderada* consiste em um grau de envolvimento maior do pesquisador. Há um balanço entre participação e observação, pois o etnógrafo jamais se torna um participante regular (Spradley, 1980, p. 60).

Na *participação ativa*, o etnógrafo procura fazer a mesma coisa que os seus interlocutores, com a intenção de aprender mais sobre um determinado comportamento cultural. Em alguns casos, porém, é mais difícil para o etnógrafo desempenhar esse papel. Isso ocorre se a pesquisa for sobre grupos sociais, como cirurgiões de coração, por exemplo (Spradley, 1980. P. 60-61).

Por fim, a *participação completa* é aquela na qual os etnógrafos estudam grupos dos quais já fazem parte. A diferença é que começam a pesquisar o assunto. Um clássico exemplo é o de Howard S. Becker, ao estudar músicos de jazz enquanto tocava bateria profissionalmente (Spradley, 1980, p. 61-62). O quadro abaixo é uma escala de Spradley para os diferentes níveis de participação:

Tabela 1

Grau de Envolvimento	Tipo de Participação
Alto	Completa
	Ativa
	Moderada
Baixo	Passiva
----- Sem envolvimento	Sem participação

Fonte: Adaptado de Spradley, 1980, p. 58

Uma pesquisa, ou uma reportagem etnográfica, pode conter diversas dessas participações. Os níveis de participação podem se modificar ao longo do tempo, se alternando de acordo com o envolvimento do pesquisador ou do repórter com os interlocutores. As classificações de Spradley servem de modelo para que pensemos em como os níveis de participação podem influir no trabalho de campo, em geral, e no tempo do trabalho de campo do jornalismo etnográfico, de um modo específico.

Para este artigo, os exemplos de dois livros do jornalista Klester Cavalcanti podem ser pertinentes na análise das relações entre tempo e espaço. As duas obras — *Dias de Inferno na Síria*, de 2012, e *O Nome da Morte*, de 2006 — foram escolhidas devido a sua relevância. Ambas foram finalistas da categoria livro-reportagem do *Prêmio Jabuti*. Também contribui para a análise o fato de pertencerem ao mesmo jornalista. Assim, é possível comparar duas diferentes abordagens de um profissional, a depender das condições com as quais precisou lidar.

Em *Dias de Inferno na Síria*, de Klester Cavalcanti (2012) faz o relato dos seis dias que passou em uma prisão quando foi cobrir a guerra civil no país árabe. Cavalcanti tem sua máquina fotográfica apreendida e é encarcerado sem explicações pelas autoridades sírias. Durante um interrogatório, um militar usa um cigarro para queimar o rosto do repórter. No livro, Cavalcanti narra como as noções de tempo se modificam na prisão:

Estranhamente, sentia como se já fizesse vários dias que eu sofrera tudo aquilo. Mas, na verdade, não haviam se passado nem 16 horas. A agonia, a dor e o desespero extremos tinham feito com que eu perdesse a noção de tempo. Talvez, o fato de ter ficado a maior

parte desse período trancafiado, sem ver a luz do Sol, tenha contribuído para essa sensação (Cavalcanti, 2012, p. 153).

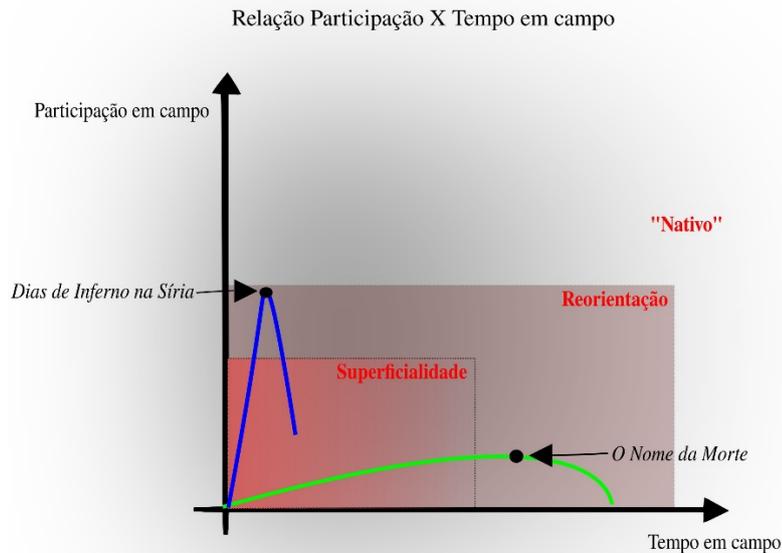
Como se observa, Cavalcanti relata uma espécie de relatividade do tempo, que se move de acordo com sua agonia e dor. Em entrevista por telefone⁵, o jornalista afirma: “Na prisão, eu tava 24 horas com as minhas fontes, né? (...) Naquele clima de tensão total, né? É tudo muito intenso” (Cavalcanti, 2021). Aqui, podemos considerar as ideias do antropólogo e jornalista Ted Conover, para quem o desconforto em campo pode ter uma relação direta com a capacidade um repórter para compreender determinada realidade (Conover, 2016, p.17).

Se pensarmos ainda no trabalho de Klester Cavalcanti, é possível mencionar o livro *O Nome da Morte* (2018), para o qual o jornalista passou cerca de sete anos falando por telefone com um assassino de aluguel. Nesse período, conversou com o interlocutor, em média, duas vezes por mês; os diálogos duravam cerca de três horas. Depois, o encontrou pessoalmente por cerca de três dias (Cavalcanti, 2021). Houve uma longa convivência do jornalista com o seu interlocutor, mas em um espaço intermediado por uma tecnologia, ou mapeado discursivamente, nos termos de Clifford (1997).

Nos dois trabalhos de Cavalcanti, se criássemos uma escala para examinar as relações do binômio tempo-participação, poderíamos elaborar o seguinte gráfico:

Gráfico 1

⁵ Durante a pesquisa em andamento na qual este artigo se baseia, a prioridade tem sido realizar contatos diretos e presenciais com interlocutores. Entretanto, em alguns momentos, tais contatos são inviáveis, principalmente devido a restrições sanitárias. Nesses casos, a opção é por tentar o contato possível.



Fonte: Elaboração própria

A linha azul representa o trabalho de Cavalcanti em *Dias de Inferno na Síria*, enquanto que a linha verde representa *O Nome da Morte*. É possível afirmar que, no primeiro livro, a participação de Cavalcanti foi ativa, mas por um curto período. Ele ficou apenas seis dias na prisão, junto aos interlocutores. Já em *O Nome da Morte*, a participação de Cavalcanti foi passiva (pois não acompanhava o seu interlocutor *in loco*), mas por um longo período. Em ambos os casos, Cavalcanti pode ter atingido a chamada “reorientação”, mas por meios diferentes. Enquanto o tempo de “convivência” ajudou o jornalista a superar a superficialidade na compreensão de seu interlocutor em *O Nome da Morte*, em *Dias de Inferno na Síria*, o que o fez superar um conhecimento superficial sobre os interlocutores foi o seu nível de participação.

Há de se ressaltar que a intenção deste gráfico não é criar uma fórmula para determinar os tipos ideais de participação e tempos de trabalho de campo. Seria demasiada pretensão elaborar tais padrões. A partir de tais dados nem mesmo é possível classificar os trabalhos de Cavalcanti como exemplos de jornalismo etnográfico. Todavia, ao introduzir a variável espaço na definição desse termo, por meio da noção de participação, é possível aprimorar um enquadramento teórico para analisar como jornalistas usam etnografia em seus trabalhos.

A chamada “reorientação”, contudo, pode ser muito mais resultado de uma postura empática do jornalista do que resultado de uma simples relação entre tempo e participação em campo. Girardi Júnior fala de reportagens que se assemelham a caricaturas de etnografias ao

comentar o trabalho de Rebeca Kritsch (1994). No texto vencedor do *Prêmio Esso de Reportagem*, em 1995, a jornalista relata os cinco dias que passou morando nas ruas de São Paulo. Para Girardi Júnior, merece destaque o espírito aventureiro da repórter, mas é preciso considerar também que a experiência de imersão pode não ser suficiente para que se compreenda uma realidade:

Pouco se discute a respeito do tempo ideal de convivência com o grupo e as situações enfrentadas na reportagem, de maneira que nos seja permitido algum tipo de inferência. O fato de o jornalista não ser um morador de rua não pode deixar impressões etnocêntricas em seu trabalho? Quais as vantagens de compartilhar com os sujeitos/objetos de investigação, em tempo integral, os seus hábitos diários, sua linguagem, seu lazer, seu cotidiano? (Girardi Júnior, 2000).

7. Localizações Sociais e Culturais

É seguro inferir que, por ser mulher, a jornalista está exposta a mais riscos em comparação a um homem quando decide fazer uma reportagem morando nas ruas de São Paulo. As suas “localizações sociais e culturais”, para usar as palavras de Alcoff (2016), incluindo gênero e, também, raça, certamente influem na construção discursiva das experiências vivenciadas em campo. A angústia de Klester Cavalcanti pode ter sido potencializada pelo fato de ele não falar árabe, e ter de se comunicar em inglês com os seus interlocutores por meio de um intérprete. Entretanto, talvez “a agonia, a dor e o desespero” seriam ainda mais extremos caso fosse uma jornalista mulher trancafiada em uma prisão na Síria.

Segundo a mesma lógica, no trabalho de Rebeca Kritsch, o desconforto da repórter certamente foi maior porque a jornalista era uma mulher em um ambiente onde predominam homens. Isso, em um Brasil de quase trinta anos atrás, onde temas como abuso e preconceitos de gênero estavam longe do debate na grande mídia.

A dimensão espacial do trabalho de campo, nesse sentido, não depende somente do nível de participação de um repórter no cotidiano de seus interlocutores. Parece certo que, por exemplo, uma jornalista negra tenha mais representatividade para fazer uma reportagem sobre o racismo sofrido por mulheres negras. Assim, suas localizações sociais e culturais talvez garantam uma compreensão diferente, mais visceral e íntima, sobre o assunto. Ou, ao menos, permitem que a sua experiência de vida seja um fator a se considerar no trabalho de campo.

No livro-reportagem *A Vida Não Será Mais a Mesma* (2021), sobre a cultura do estupro no Brasil, a jornalista Adriana Negreiros faz um relato pessoal de quando havia sido vítima do crime, anos antes. Levando esse fato de grande relevância em consideração, é possível defender que Negreiros teria necessidade de menos tempo para alcançar a “reorientação”? Mais ainda: a jornalista já não seria uma “nativa”? Como a forma que a jornalista estranha o familiar, para usar uma expressão de Gilberto Velho (1978, p. 45), influi no texto final? Essas parecem questões ainda pouco abordadas no jornalismo. E sobre as quais a etnografia já tem uma história mais longa de debates.

Outro exemplo recente é a reportagem *Twelve Minutes and a Life*, vencedora do *Pulitzer Prize 2021* na categoria *Feature Reporting* (reportagem longa, em uma tradução livre). No texto, publicado na revista *Runner's World*, especializada em corrida, o jornalista Mitchel S. Jackson reconstitui a morte de Ahmaud “Maud” Arbery. O rapaz, de 25 anos, foi assassinado a tiros por homens brancos enquanto corria nas ruas de Brunswick, na Geórgia, Estados Unidos. Em um trecho da reportagem, Jackson reflete sobre as semelhanças e diferenças da sua vida em relação à vida de Maud.

Assim como Maud, eu era um atleta apaixonado do ensino médio (meu esporte era basquete) que não foi recrutado para um programa universitário importante. E como Maud, frequentei uma pequena escola (a minha faculdade comunitária) em meu estado natal. Tanto Maud quanto eu testemunhamos amigos ganharem bolsas de estudo, viajarem para cidades ou vilarejos em outros lugares e continuarem praticando os esportes que amávamos. (...) Eu também abandonei minha primeira faculdade comunitária. Mas, ao contrário de Maud, não precisei voltar para o apartamento da minha mãe porque já morava lá (...) Um ano depois de se formar, Maud foi preso por portar uma arma e condenado a cinco anos de liberdade condicional, que ele violou por furto em lojas. Alguns anos depois de me formar no ensino médio, fui preso com drogas e uma arma e passei 16 meses em uma prisão estadual. Maud — meu Deus, por quê? — está morto, e eu, por graça, sou um escritor-professor caminhando para a meia-idade (Jackson, 2020).

Jackson explicita suas localizações sociais e culturais (homem negro que abandonou a faculdade e foi preso) para dissociá-las das de Maud, o protagonista da reportagem. Aqui, o jornalista usa sua história de vida para manifestar uma incapacidade de compreender a realidade da pessoa sobre a qual fala em seu trabalho. Nesse caso, se fôssemos mencionar as teorias de Levinas, Jackson é um Mesmo que admite a sua inaptidão para compreender plenamente a realidade de Maud, o Outro. Se considerarmos que essa é uma reportagem sobre

racismo nos Estados Unidos, a “autoridade experiencial” de Jackson seria plena. Jackson, talvez, fosse até um “nativo”. Entretanto, para o jornalista, a sua própria história de vida é motivo para incompletudes no seu relato. Suas “localizações sociais e culturais”, por mais semelhantes que sejam às de Maud, são insuficientes para responder a certas perguntas.

Conclusões: mais possibilidades

O intuito desses exemplos é apontar como, em alguns aspectos, a etnografia enquanto pressuposto teórico pode ainda contribuir muito para o jornalismo. Ao longo deste artigo, apontamos diferentes concepções de jornalismo etnográfico. Em seguida, pensamos sobre como a definição mais desenvolvida para o termo, de Hermann, abre novas possibilidades de reflexões acerca de intercâmbios entre jornalismo e etnografia. Uma delas diz respeito a como a “reorientação” pode ser pensada além de sua dimensão temporal, a partir também das influências das localizações (espaciais, sociais e culturais) de jornalistas.

Outras reflexões são necessárias. Uma delas, em relação aos aspectos éticos do jornalismo etnográfico, é examinar a possibilidade de colaboração entre jornalista e interlocutores. É preciso verificar, por exemplo, as responsabilidades morais de jornalistas em relação a seus interlocutores (muitas vezes pessoas subalternizadas). Quando pensamos em aspectos estéticos, é possível refletir sobre até que ponto, no jornalismo, em geral, e no jornalismo etnográfico, em particular, é necessário explicitar no texto as localizações sociais e culturais dos jornalistas. E até que ponto esse tipo de transparência oferece riscos de o texto se tornar um relato introspectivo do jornalista. Sejam quais forem os caminhos, a etnografia oferece muitas possibilidades ainda pouco exploradas no jornalismo.

Referências bibliográficas

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, 2016, pp. 129-143. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100007>. Acesso em: 30 jun 2022.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo – A Transformação das Pessoas em Mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering – Morality, Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOUDRY, Valica. *Ethnojournalism: A Hybrid Model of Ethnography and Journalism to Create Culturally Diverse News Content*. Tese apresentada como requerimento para obtenção do grau de Ph.D. pela University of North Dakota, 2007.

BIRD, Elizabeth. Anthropological Engagement with News Media – Why Now? In: *Anthropology News*, v. 51, n. 04, 2010. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1556-3502.2010.51405.x>. Acesso em: 04 jun 2020.

CAIAFA, Janice. *Trilhos da Cidade – Viajar no metrô do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2013.

CAMPOS, Ricardo. *Porque Pintamos a Cidade?* Lisboa: Fim de Século, 2010.

CARVALHO, Beatriz Guimarães & EVANGELISTA, Rafael de Almeida. Coletores do Cotidiano: o jornalista literário, o antropólogo e suas idas ao campo. In: *Brazilian Journalism Research*, v. 14, n. 03, 2018, pp. 832-849. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1120/pdf_1. Acesso em: 16 jun. 2020.

CAVALCANTI, Klester. *Dias de Inferno na Síria*. São Paulo: Benvirá, 2012.

CAVALCANTI, Klester. *O Nome da Morte*. Oeiras: Editorial Presença, 2018.

CAVALCANTI, Klester. *Entrevista a João Noé Alves de Carvalho (via telefone)*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2021.

CLIFFORD, James. On Ethnographic Authority. In: *Representations*, n. 2, p. 118-146, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2928386>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CLIFFORD, James. *Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

CONOVER, Ted. *Immersion – A Writer’s Guide To Going Deep*. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

CRAMER, Janet; MCDEVITT, Michael. Ethnographic Journalism. In: IORIO, Sharon Hartin (ed.). *Qualitative Research in Journalism – Taking it to the Streets*. Mahwah: Laurence Erlbaum Associates, Publishers, 2004.

DESMOND, Matthew. *Evited – Poverty and Profit in the American City*. Nova Iorque, Brodway Books, 2016.

DURHAM, Meenakshi. On the Relevance of Standpoint Epistemology to the Practice of Journalism: The Case for “Strong Objectivity”. In: *Communication Theory*, v. 8, n. 2, 1998, p. 117–140. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1998.tb00213.x>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *Tyranny of the Moment – Fast and Slow Time in the Information Age*. Londres: Pluto Press, 2001.

ESCÓSSIA, Fernanda da. *Invisíveis – Uma etnografia sobre brasileiros sem documento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

ESTALELLA, Adolfo; CRIADO, Tomás Sanchez. Experimental Collaborations. In: ESTALELLA, Adolfo; CRIADO, Tomás Sanchez (eds.). *Experimental Collaborations – Ethnography through Fieldwork Devices*. Nova Iorque: Berghahn, 2018.

GANS, Herbert. Public Ethnography; Ethnography as Public Sociology. Em: *Qualitative Sociology*, v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11133-009-9145-1>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GIRARDI JÚNIOR, Liraúcio. A reportagem como experiência etnográfica. Em: *Anuário de Jornalismo*, v. 2, n. 2, 2000, pp. 198-213. Disponível em: https://www.academia.edu/1023244/A_reportagem_como_experi%C3%Aancia_etnogr%C3%A1fica. Acesso em: 08 jun. 2020.

HANNERZ, Ulf. *Foreign News: Exploring the World of Foreign Correspondents*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

HARRINGTON, Walt. What Journalism can Offer Ethnography. In: *Qualitative Inquiry*, v. 09, n. 1, 2003, pp. 90-104. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1077800402239342?journalCode=qixa> Acesso em: 09 jun. 2020.

HERMANN, Anne K. Ethnographic Journalism. Em: *Journalism*, v. 17, n. 2, 2016a, pp. 260-278. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464884914555964?journalCode=joua> Acesso em: 12 abr. 2019.

HERMANN, Anne K. The Temporal Tipping Point – Regimentation, representation and reorientation in ethnographic journalism. In: *Journalism Practice*, v. 10, n. 4, 2016b, pp. 492-506. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17512786.2015.1102605>. Acesso em: 29 abr. 2019.

JACKSON, Mitchell S. Twelve Minutes and a Life. In: *Ruuner's World*, 2020. Disponível em: <https://www.runnersworld.com/runners-stories/a32883923/ahmaud-arbery-death-running-and-racism/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

JEFFREY, Bob; TROMAN, Geoff. Time for Ethnography. In: *British Educational Research Journal*, v. 30, n. 4, 2004, pp. 535-548. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1502175> Acesso em: 03 mai. 2020.

KRITSCH, Rebeca. Viver nas Ruas. In: *O Estado de São Paulo*, 1994. Caderno Cidades: C1-C12.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. In: *Brazilian Journalism Research*, v. 06, n. 1, 2010, pp. 164-178. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253> . Acesso em: 19 jun. 2020.

LASSITER, Luke Eric. *The Chicago Guide to Collaborative Ethnography*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. In: *Annual Review of Anthropology*, v. 24, 1995, pp. 95-117. Disponível em: http://anthro.vancouver.wsu.edu/media/Course_files/anth-490-edward-h-hagen/marcus-1995-ethnography-in-of-the-world-system_the-emergence-of-multi-sited-ethnography.pdf Acesso em: 20 jun. 2017.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. In: *Intercom RBCC*, v. 40, n. 03, pp. 21-36, 2017. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2798> Acesso em: 24 jun. 2020.

MEDINA, Cremilda. *A Arte de Tecer o Presente — Narrativa e Cotidiano*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista – O Diálogo Possível*. São Paulo: Editora Ática, 2011

NEGREIROS, Adriana. *A vida nunca mais será a mesma: Cultura da violência e do estupro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2021.

NEVEU, Erik. Le genre du journalisme. Des ambivalences de la féminisation d'une profession. In: *Politix*, v. 13, n. 51, terceiro trimestre de 2000, pp. 179-212. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/polix.2000.1109> Acesso em: 25 mai. 2020.

NEVEU, Erik. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NEVEU, Érik. On not going too fast with slow journalism. In: *Journalism Practice*, v. 10, n. 04, 2016, pp. 448-460. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17512786.2015.1114897> Acesso em: 11 jun. 2020.

PEDELTY, Mark. Teaching Ethnographic Journalism – Critical Comparison, Productive Conundrums. In: *Anthropology News*, v. 51, n. 04, 2010. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1556-3502.2010.51425.x>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015. Acesso em: 26 nov. 2019.

RIBEIRO, Djamilia. *Lugar de Fala*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

RUSSELL, Bertrand. *ABC da Relatividade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SIMS, Norman. The Literary Journalists. In: SIMS, Norman (ed.). *The Literary Journalists*. Nova Iorque: Ballantine Books, 1984.

SOROKIN, Pitirim; MERTON, Robert. Social-time: A Methodological and Functional Analysis. In: HASSARD, John (ed.). *The Sociology of Time*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1990.

SPRADLEY, James P. *Participant Observation*. Forth Worth: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers, 1980.

ŠUBRT, Jiří. *The Sociology of Time*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.

SWASEY, Christel Lane. *Ethnographic Literary Journalism*. Dissertação de mestrado submetida ao Departamento de Comunicações da Brigham Young University, em Provo, Utah, nos Estados Unidos, 2009. Disponível em: <https://scholarsarchive.byu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2862&context=etd>. Acesso em: 02 jul. 2020.

TRAVANCAS, Isabel. *Jornalistas e Antropólogos – Semelhanças e Distinções da Prática Profissional. Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Salvador / BA, 03 de setembro de 2002. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_COMUNICACOES_TRAVANCAS.pdf. Acesso em: 27 jan. 2017.

VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar*. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A Aventura Sociológica – Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Heritage of Sociology, the Promise of Social Science Presidential Address, XIVth World Congress of Sociology, Montreal, 26 July 1998*, In: *Current Sociology*, v. 47, n. 1, 1999, pp. 1-37. Disponível em: <http://csi.sagepub.com/content/47/1/1>. Acesso em: 09. agt. 2022.

João Noé Alves de Carvalho - Universidade de Coimbra – UC

Jornalista, doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra, Portugal. Bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), de Portugal. Integrante do programa de extensão BARRAS — Bloco de Ações em Rádio, Rap e Ausências Sonoras.

Email: joaoncarvalho@gmail.com

Francisco Carlos Guerra de Mendonça Júnior - Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR

Professor do curso de Jornalismo na UNIR, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra, Portugal. Coordenador do programa de extensão BARRAS — Bloco de Ações em Rádio, Rap e Ausências Sonoras.

Email: carlos.guerra@unir.br

Financiamento

A pesquisa descrita neste artigo é financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), de Portugal, no âmbito do projeto “Aspectos metodológicos, éticos e históricos do uso da etnografia no jornalismo: uma comparação entre Estados Unidos, Brasil e Portugal” (SFRH/BD/145112/2019).